

DE QUE É QUE SE FALA QUANDO SE FALA DE PAISAGEM?*

ÁLVARO DOMINGUES**

Resumo: O conceito de paisagem tornou-se de tal forma vago e genérico que já não se sabe muito bem o que é que denomina e para o que é que serve. Paisagem torna-se assim um dispositivo de inteligibilidade do real de uma extrema voracidade — é omnívoro. Alimenta-se praticamente de tudo, com a vantagem de tornar visível (dar a ver ou representar enquanto estratégia de objectivação) qualquer problemática sujeita a um processo de «paisagificação» (*mis en paysage*). Os recursos usados nestas manobras de produção de sentido percorrem um imenso espectro que vai desde a «estetização» à diversidade dos discursos de «cientificação», desde a geografia ao paisagismo ou à ecologia da paisagem. Na literatura, a geopoética veio expandir outras dimensões de sentir o mundo através da escrita sobre a paisagem.

Para além disso, o carácter necessariamente mutável das paisagens confere-lhes conteúdos instáveis, contraditórios, dotados de um elevado poder de dramatização. O conflito permanente entre a preservação/destruição; estabilidade/ameaça; prazer/descontentamento; aceitação/negação; incerteza, etc. produz uma tensão constante que encontra na própria diversidade e contradição so-

* A escrita do texto não obedece às normas do Acordo Ortográfico de 1990.

** Professor Associado da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

ciais, uma fonte permanente de consciência e racionalidade agónicas, ávidas de confronto, negociação, normatividade, imposições, penalizações... de modo a regular a conflitualidade.

É por esta razão que a paisagem enquanto dispositivo de partilha e discussão sobre territórios/sociedades se revela de uma extrema utilidade para se perceber de que se fala realmente quando se fala de paisagem, quem usa a palavra, que argumentos defende, que estratégias de legitimação suportam a autoridade de quem fala e do que fala, enfim, quais são e o que revelam as polémicas políticas sobre a paisagem, os lugares comuns dos colectivos que se envolvem nessas polémicas.

Palavras-chave: Paisagem e mutabilidade; «Paisagificação»; discursos e polémicas sobre a paisagem.

Abstract: The concept of landscape has become so vague and generic that we no longer know very well what it is that it names and what it is for. Landscape becomes thus a device of real intelligibility of an extreme voracity — it is omnivorous. It feeds on practically everything, with the advantage of making visible (seeing or representing as strategy of objectification) any problematic subject to a process of «paisagificación» (*my en paysage*). The resources used in these sense-producing maneuvers span an immense spectrum ranging from «aestheticization» to the diversity of «scientific» discourses, from geography, landscaping, or landscape ecology. In literature, geopoetics came to expand other dimensions of feeling the world through writing on the landscape.

Moreover, the necessarily changeable character of landscapes gives them unstable, contradictory contents with a high dramatization power. The permanent conflict between preservation/destruction; stability/threat; pleasure/discontent; acceptance/denial; uncertainty, etc. produces a constant tension that finds in its own social diversity and contradiction a permanent source of agonizing consciousness and rationality, eager for confrontation, negotiation, normativity, impositions, penalties... in order to regulate conflict.

It is for this reason that the landscape as a device of sharing and discussion about territories/societies proves to be extremely useful to realize that one really speaks when talking about landscape, who uses the word, what arguments it defends, what strategies of legitimation support the authority of those who speak and speak, and finally, what are and what reveal the political controversies about the landscape, the common places of the collectives that are involved in these controversies.

Keywords: Landscape and mutability; «Landscaping»; speeches and controversies about the landscape.

1. OS ALPES

Que espécie de paisagem temos em comum? Abordada enquanto bem comum, a paisagem implica definir um perímetro e não apenas um sítio, mas, acerca do comum: que colectivo? Qual a escala? Que valores comuns? Que legitimidade ao afirmar esses valores comuns? Que projecto? Que formas de regulação (governance)? O bem comum corresponde a uma categoria a ser preenchida pelo uso, pela negociação, pelo conflito. A paisagem permite (em alguns casos, obriga) sair das malhas administrativas e dos recortes políticos institucionais para procurar outras lógicas de intervenção¹.

Esta sequência de questões colocadas por Anne Sgard a propósito da paisagem emerge da questão complicada da legitimação: da necessidade de definir um «*património*» ou um «*bem comum*» a partir da identificação do colectivo social implícito nessa partilha, e dos valores, direitos e deveres realmente partilhados.

O ofício implica uma maquinaria política, um processo de tomada de decisão, uma plataforma de negociação de conflitos e de construção de consensos, a definição de um jogo claro sobre como reconhecer as partes em presença, a sua representatividade, os argumentos, a justeza dos interesses e valores colocados na mesa.

Quando a Convenção Europeia da Paisagem (Florença, 2000), no seu Artigo 1.º refere que «“Paisagem” designa uma parte do “território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e/ou humanos», está a clarificar uma questão e a complicar outra.

A clarificação tem que ver com um distanciamento claro face a uma legitimação de paisagem resultante de um processo do topo para a base, em que alguém — os chamados «especialistas», numa visão tecnocrática — chamou a si a hegemonia da legitimidade para dizer onde, porquê e como uma parcela de território se transforma em «paisagem».

A complicação deriva do vazio político da expressão «populações». À partida, *Populações* designa um vínculo entre um grupo e um território, mas não é nada clara a natureza desse vínculo, porque as *populações* contêm muita diversidade, contradição e conflito, porque a sociedade é diversa, como diferentes são os interesses, as visões do mundo ou a distribuição do poder e da capacidade de determinado indivíduo ou grupo se tornar socialmente visível, tomar a palavra, exercer o seu papel activo dentro de um colectivo onde se reconheça e que o reconhece. É aqui que termina a visão contemplativa da paisagem, o seu entendimento como um objecto ou qualquer coisa exterior à vida de cada um como se a paisagem fosse uma espécie de *pano de fundo*.

¹ SGARD, 2018.

O conjunto de reflexões sobre a *construção do comum* — que define a própria colectividade, os seus valores, os vínculos, os modos de regulação desses conjuntos — enquadra-se no texto de A. Sgard, numa reflexão sobre os Alpes, ou melhor, a paisagem alpina — *impossível bem comum da Suíça e dos Suíços*, como questiona Bernard Debarbieux², autor e obra citados por A. Sgard.

A retórica nacionalista durante e após o século XIX produziu uma vinculação individual e colectiva muito forte entre a Suíça, os Suíços e os Alpes. Entretanto, foram-se perdendo outros vínculos, alguns muito antigos, nomeadamente os que regulavam a relação dos pastores com o uso das *alpapes* (pastos de montanha) ou com a partilha das águas³.

No entanto, quer a intensificação do pastoreio quer o seu abandono, a florestação promovida pelo Estado, a emergência do turismo, a produção de novos regimes legais acerca dos territórios da montanha, das águas, da floresta... conheceram derivas contraditórias e muito diferentes dos regimes tradicionais pastoris. Foram-se assim construindo valores de propriedade, de uso, ou de imaginários totalmente distintos e, por vezes, altamente problemáticos. A tradução da paisagem em imagens — e a facilidade com que essas imagens circulam — foi criando também outras vinculações entre essas paisagens e os diversos actores sociais que, sendo ou não residentes nesses territórios, se acham com legitimidade para serem chamados a opinar, a serem consultados, a votar, a decidir... sobre assuntos respeitantes às *suas* paisagens.

Em 1920, a publicação *L'Écho des Alpes*, a revista do clube alpino suíço, prossegue a construção pitoresca dos Alpes, as curiosidades das levadas (*bisses*) como «ornamentos da paisagem», as mitologias heróicas do montanhês lutando contra os rigores dos Alpes e, sobretudo, a produção de uma iconografia abundante sobre caminhos, passeios, picos e toda uma variedade de experiências sensoriais para o *touriste*. Da pura contemplação à escalada, estavam a mudar radicalmente os modos de ver e usar a montanha. Essa «paisagificação» das montanhas envolvia os grupos sociais mais proeminentes na produção e na legitimação dos discursos, das representações... muito longe dos Alpes de sempre, dos seus habitantes e de uma economia pastoril tradicional em desagregação.

Desde a instituição dos Alpes como destino do *Grand Tour* ainda no século XVIII⁴, a explosão da economia turística fez dos Alpes, antes ou depois de outra qualquer coisa, uma paisagem:

² DEBARBIEUX, 2013.

³ Como no caso dos baldios em Portugal ou dos sistemas comunitários de partilha das levadas de rega, esta «história dos comuns», da constituição de direitos de posse e de uso de espaços e recursos comuns (das freguesias ou de juntas de compartes ou outras formas de gestão colectiva) enquadrados por modos de vida pré-modernos permaneceram bastante estáveis no tempo.

⁴ «Haller avec son poème *Les Alpes* (1729), Rousseau avec *La Nouvelle Héloïse* (1761) et bien d'autres artistes vont ainsi inspirer plusieurs générations. Le voyage prend alors l'aspect d'une redécouverte de lieux connus à travers les

Esteja-se ou não satisfeito, a paisagem alpina adquiriu neste país (Suíça) um valor incrível, tanto afectivo como nacional, estético e patrimonial, o que torna a sua conservação uma fonte de orgulho colectivo e bem-estar individual, e a sua transformação, uma fonte de ansiedade e motivo de protesto. Assim sendo, a paisagem é quase separada da realidade territorial da qual é a representação, uma imagem cujo consumo in situ vale quase tanto quanto a impressão em livros e a circulação nos media electrónicos⁵.

Mais recentemente, por ocasião de um referendo sobre a paisagem alpina que propunha a limitação drástica da construção de residências secundárias na montanha (a chamada «*iniciativa Weber*», promovida pelo ecologista Franz Weber, 2012), a questão paisagística tomou rumos diversos e contraditórios ao nível do Parlamento Federal, dos Cantões e das Comunas.



Fig. 1. Carta da urbanização suíça – Parallel Sprawl

<http://www.kunikdemorsier.ch/parallel-sprawl/>



Fig. 2. Comunas suíças com mais de 20 % de residências secundárias (cinza-escuro)

<https://journals.openedition.org/rga/1866?lang=en>

Como se pode verificar na cartografia, existe uma total descoincidência geográfica entre a Suíça mais intensamente urbanizada — a norte — e a concentração de residências secundárias e estâncias turísticas na montanha — a sul. Além das residências secundárias, há ainda a considerar a importância do mercado turístico relacionado com as estâncias de desportos de Inverno. Ficou assim aberto um tema de

représentations picturales et littéraires et se transforme en voyage intérieur, voir en quête spirituelle. Progressivement, l'imaginaire va se cristalliser autour de motifs proprement helvétiques — chalets, monts, cascade — qui, grâce aux arts industriels, connaîtront une large diffusion. Le succès de Heidi s'inscrit dans ce mouvement et illustre cette vogue pastorale». In *Regards sur la Suisse: Voyage du XVIème au XXème siècle*, EXPOSITION, 2015. Ver também SAUSSURE, 1779-1796; ENGELMANN, 1823-1832.

⁵ DEBARBIEUX, 2013.

contornos bastante complexos entre diversos actores e interesses (proprietários de residências secundárias, a maioria fora do mercado turístico e com residência habitual nos cantões do Norte, os hoteleiros e outros operadores turísticos no Sul, os interesses dos suíços que aí residem e trabalham) e a legitimidade da aplicação das leis federais a um nível cantonal e comunal⁶.

Está assim colocada uma questão básica em matéria daquilo que em filosofia política se chama um «bem comum» e quais os vínculos que, de facto, relacionam bens comuns e colectividades ou, de outro modo, como é que o enunciado dos bens comuns produz novos vínculos e novas colectividades. A paisagem alpina transformada em bem comum (património colectivo) dos Suíços e do seu imaginário identitário vai evoluindo para valores, formas de uso e de apropriação muito diversos; provocou movimentações de capital ao nível mundial, de grandes investimentos turísticos; de movimentos ambientalistas, etc.

Si l'attention pour le paysage devait continuer de s'imposer comme modalité principale de l'attention aux Alpes, les débats politiques risqueraient de s'installer dans une confusion durable, tant est grande la diversité des significations et des valeurs qui lui sont attachées au sein de la population suisse⁷.

Parece não haver nenhuma relação entre a paisagem dos Alpes e do Alto Douro Vinhateiro, mas o que aqui nos interessa é a questão da construção política de um bem comum — a paisagem — e o teor das polémicas que o assunto suscita. Passemos, pois, ao Douro.

2. O DOURO VINHATEIRO

O Douro é uma paisagem tirada a ferros das pedras cascalhentas do xisto, a mesma pedra de que se fazem os socalcos — os geios — e os caminhos, e que guarda o calor do sol para os frios da noite. Para lá do Marão e do Montemuro, o rio Douro cavou uma paisagem de encostas quase sempre íngremes, e a muralha das serranias faz com que a humidade do Atlântico chegue escassa por

estas bandas e os verões sejam escaldantes e luminosos para que a uva amadureça doce e os sabores se revelem na bebida incomparável que são os vinhos aqui nascidos; como escreveu Villa Maior:

Estas duas montanhas (Marão e Monte Muro), em meio das quaes atravessa o Douro, contêm até certo ponto os ventos frios e húmidos do mar; abrigam o paiz

⁶ Cf. CLIVAZ, 2013.

⁷ DEBARBIEUX, 2013.

*vinhateiro, tornando-o apropriado a esta produção, e esta circunstancia, junto á natureza das suas rochas, dá aos seus fructos um sainete, que não se encontra nas outras regiões*⁸.

O Douro é uma terra com excesso de identidade. Uma identidade que se dá a ver pela grandiosidade da paisagem em socalcos onde medram a uva para o vinho fino, os ingleses e as histórias mirabolantes de naufrágios nos cachões, quintas, solhos, rabelos, negócios, filoxera ou comboios. Desde as gravuras e aquarelas dos ingleses à banalização da fotografia e, hoje, da circulação torrencial de imagens nas redes sociais, o Douro confunde-se cada vez mais com as representações de si próprio.

Tamanho recurso de produção de imagens e imaginários teria de espicaçar relatos mais ou menos poéticos, pitorescos, realistas ou trágicos. Das gravuras, da cartografia de Forrester, da literatura de viagens, *o Douro Illustrado* de Villa Maior (1876), *O Douro — principaes quintas, navegação, culturas, paisagens e costumes* de Manuel Monteiro (1911), da fotografia — como Emílio Biel ou Domingos Alvão —, do cinema de Manoel de Oliveira, dos romances poderosos de Agustina Bessa-Luís... o Douro desdobra-se num caleidoscópio infinito de imagens.

Excesso de identidade resulta da abundância das narrativas e desta oscilação entre o genérico ou o postal — a escadaria gigantesca dos socalcos, o espelho da água preso entre barragens, a transparência de certa luz do Outono ou as neblinas misturadas com as fogueiras das vides, as amendoeiras em flor, o verde seco das oliveiras, a pose majestática das velhas quintas com pomares de laranjeiras e silhuetas de ciprestes, os lagares, um rabelo falso e um cálice de porto.

A necessidade de manter traços de uma identidade como quem quer ver na paisagem uma foto de Domingos Alvão ao vivo e a cores (e com o selo patrimonial e universal da UNESCO desde 2001); a mágoa dos muitos que acham que a mudança é estrago e predação; as vinhas a trepar «ao alto» ou ao longo da geometria caprichosa dos novos patamares sem muros; as terras que se despovoam; as auto-estradas e as linhas de alta tensão; as casas pela estrada fora... tudo isso constitui um repertório de imagens e experiências que não se podem filtrar pelas representações que mais circulam e que são simplificações grosseiras sobre supostos tipicismos e traços característicos de paisagem.

A estetização demasiada da paisagem só aumenta tensões e ansiedades, insistindo na construção de identidades julgadas perpétuas mas que, afinal, nem saíram dos tempos bíblicos, nem de tempos serenos e metabolismos lentos que hoje não existem. As paisagens não são mortórios parados, e as identidades são construções em progresso.

⁸ VILLA MAIOR, 1876.

O Douro extravasou há muito a sua geografia confinada. Depois das barragens, o rio que lhe dá o nome é um gigantesco escadório de águas turbinadas, espelhos sulcados por barcos de recreio. A paisagem da *xistolândia*, como lhe chamou António Barreto, é a retaguarda das famílias e dos capitais que já no século XIX estavam no Porto ou em Londres e geriam a adegas por telégrafo. Controlada pelo autoritarismo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, constituída em 1756, a demarcação bastante aleatória da região foi fonte de repetidas e violentas devassas que arruinaram muitos lavradores. O argumento era o da manutenção da qualidade do vinho e a ganância dos grandes comerciantes que operavam no mercado londrino. Tudo o que se passava ao nível local era decidido noutras geografias por interesses conhecidos⁹.

Em 2001 o Alto Douro Vinhateiro foi classificado como Paisagem Património da Humanidade. *Paisagificar* é a forma mais eficaz de esquecer as misérias que por aqui passaram, as sezões, a filoxera, os vindimadores das rogas que dormiam nos cardenhos, os galegos que construíam os socalcos. Que importa? O Douro é uma paisagem extraordinária, uma colónia de grandes empresas transnacionais e cerca de 30 mil pequenos produtores delas dependentes. Ano após ano, renovam-se e acrescentam-se mais uns hectares de paisagem vitivinícola que já vai acima da cota dos 600 metros. Nas vindimas, os trabalhadores das antigas rogas constituem agora uma diversidade que vai do imigrante ocasional da Tailândia, do Vietname, da Roménia, Moldávia, da Ucrânia ou do Nepal. Também há a vindima estética feita pelo turista que paga para vindimar. Tudo muito diferente daquilo que escreveu Orlando Ribeiro mas, socialmente, a mesma polarização social hoje mais contrastada e, definitivamente, global:

*Se, como mostrou Roger Dion “les grands crus” nascem das cidades, como os arrabaldes, o Douro, isto é, a mancha de xisto atravessada pelo rio, em cujos geios (socalcos) se produz o vinho fino, é como um subúrbio disjunto do Porto, com as suas quintas confortavelmente mobiladas para receber durante a vindima uma “sociedade” presumida e altiva, a sua adega e a cardenha, onde se albergavam as rogas que desciam da Terra Fria ao som do bombo e dos ferrinhos, que continuavam a animar o duro trabalho da vindima e do lagar. Dormiam num duro enxergão, cobertos pela própria manta, aos dois em cada tarimba, mas homens com homens e mulheres com mulheres, mesmo os casados*¹⁰.

⁹ Veja-se em AGUIAR & DIAS, 2000 os autores envolvidos a propósito da história mais antiga ou recente da região e suas paisagens (História e Património Vernacular e Estudo de Caracterização Paisagística) e a bibliografia (p.106-110). Destaca-se ainda a obra de MACEDO, 2012.

¹⁰ RIBEIRO, 1987: 5-11.

Descolada da realidade e transformada em representação identitária para circular nas imagens e narrativas para turistas, ou nos discursos da «autenticidade», a paisagem «Port Wine» como que fica em estado permanente de ansiedade. Uma certa nostalgia do «velho Douro» verá como crime ou ofensa uma plantação de vinha «ao alto», sem a poética do socalco construído pelos quase-escravos de outrora. A mesma nostalgia não descobrirá prazer estético nas novas plantações sem a escadaria ciclópica dos muros de xisto, e o discurso sobre a paisagem pode transformar-se rapidamente num manifesto sobre a perda e a injúria. Levantam-se questões e conflitos pela construção de novas barragens no Tua e no Sabor, emergem as polémicas e os actores que as sustentam. Invocam-se leis, classificações, valores, direitos. Como dispositivo político, a paisagem também continua viva.

Nas brochuras de propaganda turística, nos sítios electrónicos das casas de turismo, das quintas, das adegas e dos hotéis, voltam as imagens poderosas de Emílio Biel ou de Domingos Alvão, para que, a preto e branco, volte a paz e a quietude das paisagens perfeitas.

Hoje o mundo do vinho é um planeta alucinante que move milhões. A estetização suprema da bebida formou um universo de negócios, especialistas, adegas, concursos, enólogos, revistas, críticos, provas, *wine resorts*, aromas complexos, notas de frutos maduros, framboesa, resina, mentol, especiarias, laivos de baunilha, toque balsâmico, madeira, mineralidade, pão torrado, frescura, taninos, violetas, eucalipto e até com nuances de alcatrão com final de boca longo (não sei se Baco sabe do alcatrão). O Alto Douro Vinhateiro está a flutuar nesta agitação alcoólica. Foi sempre terra mal dividida entre senhores e escravos do trabalho, dúvidas, dívidas e sobressaltos por via de preços e colheitas más, glórias alcançadas ou verdadeiras pragas bíblicas como as enchentes que o rio tinha, a filoxera que arrasou a vinha e as sezões que matavam em Verões escaldantes, a gente mal confortada de corpo e de espírito.

Dizer que o Douro é a relação íntima entre a actividade humana e a natureza — como é comum dizer-se para explicar a paisagem de singular beleza — parece muito pouco para acertar com o que realmente nos deixa perplexos em terra de tantas contradições. Afinal, é uma terra entalada entre o lento desfazer dos povoados, que se espalhavam pelos altos arejados dos vales, e a irrupção continuada do efeito das dinâmicas globais dos negócios do vinho e do turismo. Nunca o local e o global estiveram tão intensamente colados como aqui, desde os velhos tratados com a Inglaterra até aos de hoje que já não são tratados entre países mas negócios entre empresas.

Voltamos às questões postas por Anne Sgard no início a propósito das paisagens alpinas, transpostas agora para o Douro: *Que espécie de paisagem temos em comum?*

Abordada enquanto bem comum, a paisagem implica definir um perímetro e não apenas um sítio, mas, acerca do comum: que colectivo? Qual a escala? Que valores comuns? Que legitimidade ao afirmar esses valores comuns? Que projecto?

A patrimonialização da paisagem ou qualquer outra manobra de inscrição da paisagem no discurso e nas práticas sociais acarretam sempre um risco de *fetichização* nostálgica do território e do passado — é no passado que se articula a génese e a evolução do processo de *paisagificação*; e é no presente que se listam as ameaças de «descaracterização» da dita paisagem — bem como certas tendências para alimentar lógicas ilusórias que confiam demasiado na capacidade de se regular os múltiplos processos e agentes (públicos e privados) de produção de paisagem. Existem outras fontes de conflito: estranho seria se atrás dos argumentos sobre a «autenticidade» e os «traços identitários» da dita paisagem não estivessem também interesses, poderes, valores que se querem trazer do passado para o presente.

O Douro sempre foi uma terra de desigualdades e injustiças sociais profundas, e as quintas hoje consideradas marcas preciosas constituíram-se também sobre formas extremas de exploração do trabalho. Do que se sabe, a tendência para a concentração da propriedade é ainda hoje maior e faz-se acompanhar de uma mobilização de capital à escala da globalização.

Por outro lado, a *paisagificação* do Douro estimulou o turismo e, por sua vez, as retóricas do turismo em matéria de paisagem têm uma influência cada vez maior na própria transformação da paisagem ou na hierarquização dos temas considerados mais importantes para a própria competitividade do sector.

São então já dois os principais mecanismos de construção de paisagem: os interesses dos produtores de vinho e os interesses do sector turístico. Ambos detêm uma influência enorme na definição das políticas públicas pela natureza dos argumentos que esgrimam: investimento, emprego, competitividade. Esses argumentos são inseparáveis da retórica actual sobre a trilogia da sustentabilidade, embora nada garantam em termos de justiça social — vejam-se os níveis salariais praticados no sector do turismo ou a drenagem de mais-valias da região para o exterior — ou de equilíbrio ambiental (seja lá o que isso for). Este jogo de elásticos facilmente se enreda em si próprio: um novo empreendimento hidroeléctrico pode ser, ao mesmo tempo, uma prática recomendável no capítulo dos argumentos acerca da energia renovável e uma aberração em termos paisagísticos (apesar de o rio Douro ser mais um sistema de albufeiras do que um rio); os novos processos de plantio da vinha patamares de um ou dois bardos constituem, para uns, uma solução boa em termos da economia da produção, para outros, um enorme risco de erosão, para outros, a produção de uma paisagem dissonante com os tradicionais socacos e muros em xisto, etc., etc.

Mobilizar a paisagem para a arena pública enquanto património e, por isso, bem comum (local ou da humanidade, como é o caso) é, por isso, um jogo que não tem nada de trivial ou consensual. A categoria património comum ou bem comum é indefinível à partida; na verdade constitui um desafio constante que depende do jogo dos actores, dos poderes, dos interesses e, por isso, se (re)constrói incessantemente através dos processos sociopolíticos que envolvem as partes interessadas e aquilo que estão dispostas a acordar e a cumprir. O nível de conflito será variável. Por sua vez, constituir-se como parte interessada e expor, argumentar e legitimar interesses é a própria matéria da política e da democracia: a construção do comum e a arbitragem desse processo nunca terminado.



Fig. 3. Baco
Foto: Álvaro Domingues

*Vinde à terra do vinho, deuses novos!
Vinde, porque é de mosto
O sorriso dos deuses e dos povos
Quando a verdade lhes deslumbra o rosto¹¹.*

¹¹ TORGA, 1944.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, F. Bianchi de; DIAS, J., coord. (2000) — *Candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial*. Porto: Fundação Rei Afonso Henriques.
- CLIVAZ, Christophe (2013) — *Acceptation de l'initiative sur les résidences secondaires*. «Journal of Alpine Research, Revue de Géographie Alpine», Hors-Série. Disponível em <<http://journals.openedition.org/rga/1866>>.
- DEBARBIEUX, Bernard (2013) — *Le paysage alpin, impossible bien commun de la Suisse et des Suisses?* «Journal of Alpine Research | Revue de géographie alpine», Hors-Série. Disponível em <<http://journals.openedition.org/rga/2285>>.
- ENGELMANN, Godefroy (1823-1832) — *Lettres sur la Suisse*. Paris: Engelmann, 5 partes.
- MACEDO, Marta (2012) — *Projetar e construir a Nação. Engenheiros, Ciência e Território no Século XIX*. Lisboa: ICS.
- REGARDS *sur la Suisse: Voyage du XVIème au XXème siècle, EXPOSITION*. Mulhouse: Bibliothèque Grand'rue, 2015.
- RIBEIRO, Orlando (1987) — *Entre-Douro-e-Minho*. «Revista da Faculdade de Letras, Geografia», I série, vol. III. Porto: Faculdade de Letras.
- SAUSSURE, Horace-Bénédict de (1779-1796) — *Voyages dans les Alpes*. Neuchâtel: Fauche, 4 tomos.
- SGARD, Anne (2018) — *En montagne avec le paysage, un laboratoire du bien commun?* «Les carnets du paysage», vol. 33, p. 106-119. Disponível em <<https://archiveouverte.unige.ch/unige:106020>>.
- TORGA, Miguel (1944) — *Libertação*. Coimbra: Coimbra Editora.
- VILLA MAIOR, Visconde de (1876) — *O Douro Ilustrado*. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz, Editores.